



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

25, 26, 27 e 28 de outubro 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Notícias	Data: 28/10/2014
Assunto: Demandas Estaduais		Página: 06

DIÁRIO CATARINENSE

O QUE SC ESPERA DA PRESIDENTE

Com mais quatro anos de mandato, a presidente Dilma Rousseff (PT) terá agora a oportunidade de mostrar a SC que tem capacidade gerencial para entregar as obras de infraestrutura em que o Estado é dependente da União. Pelo que foi executado até o momento, a petista parece não ter agradado. Teve em SC a maior derrota nas eleições deste ano. Terá desafios pela frente, mas a maior parte deles já iniciados e incluídos em programas federais.

Quando ainda era ministra da Casa Civil, em 2008, Dilma Rousseff veio ao Estado para apoiar uma candidatura petista à prefeitura de Blumenau. No ato, prometeu a duplicação da BR-470 para o final de 2010. Três anos depois, ao entregar residências do programa Minha Casa Minha Vida, no mesmo município, fez nova promessa.

Seis anos depois do primeiro compromisso, os pouco mais de 70 quilômetros de duplicação da BR-470 ainda foram concluídos. Parte do prometido foi feito. Ela saiu do papel no início deste ano. Mas avança a passos lentos e o DNIT já afirmou não possuir um cronograma para a conclusão da obra.

ENTIDADES ELECARAM PRIORIDADES DE SC

A situação da 470 encontra paralelos semelhantes em outras obras federais no Estado. O último gargalo sem solução da BR-101 é um exemplo da não conclusão de obras. Ainda sem nem terem sido licitados, os túneis no Morro dos Cavalos, em Palhoça, têm previsão de serem concluídos em 2017. Aguardam desde 2012 as licenças ambientais, ano em que a obra já deveria estar concluída de acordo com o prazo de conclusão dado quando o investimento foi lançado pelo ex-presidente Lula em seu primeiro mandato.

Para estabelecer um mapa das prioridades da nova presidente do Brasil, o Diário Catarinense ouviu entidades representativas, como a FIESC, a FCDL, a OAB/SC, entre outras, além de secretarias de Estado, para fazer um retrato de quais pontos a atuação do governo federal pode ajudar Santa Catarina a avançar. Confira a seguir.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



EDUCAÇÃO

O governo federal tem ajudado Santa Catarina no repasse de verbas para a compra de equipamentos, ônibus escolares e na construção de escolas, mas ao mesmo tempo a aprovação da lei do piso salarial dos professores – que garantiu uma valorização das etapas iniciais da carreira do magistério – gerou uma pressão na folha de pagamento com um aumento de gastos.

Não existe hoje, no entanto, um mecanismo para que a União ajude a pagar os salários, por exemplo. Santa Catarina paga, mas não ao longo da carreira, o que desmotiva professores que fizeram mestrado e doutorado.

A Secretaria Estadual de Educação afirma que, se a União assumir um papel de maior protagonismo nas parcerias para a reforma de escolas, o Estado teria mais recursos livres para descompactar a tabela salarial dos professores.

R\$ 7 milhões

Construir uma escola de porte médio

R\$ 3 milhões ao ano

Gasto com professores, funcionários, material e reformas pontuais de uma escola do mesmo tamanho, médio.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes.	Data: 28/10/2014
Assunto: Formação do Eleitor		Página: 47

DIÁRIO CATARINENSE

ELEITOR BÊ-Á-BÁ

Os números são de fazer corar qualquer país democrata: 74% dos 142,8 milhões de eleitores brasileiros não concluíram a educação básica e apenas um em cada 20 cidadãos tem diploma de curso superior. O fato de o Tribunal Superior Eleitoral expor quadro tão dramático deve servir de alerta para toda a sociedade. Não se trata de uma questão que apenas o governo tenha condições de resolver. O desafio está posto para todos. Cobrar 10% do PIB para a educação não resolve. É preciso que as verbas sejam corretamente utilizadas. Não basta que todos, como manda a Constituição, tenham direito a escola. É preciso que o nível de ensino dê um enorme salto de qualidade. Esse é o único caminho sem volta.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 26/10/2014
Assunto: Selfies		Página: 02

DIÁRIO CATARINENSE

SEXY SELFIES NAS ESCOLAS

O assunto é motivo da maior dor de cabeça das direções das unidades educacionais neste momento. Somente um tradicional colégio de Florianópolis já registrou três casos de alunas da sexta série que teriam postado imagens em poses sensuais. E olha que são meninas entre 11 e 12 anos. A orientação ainda continua sendo a melhor arma para evitar o problema, mas olho vivo também ajuda.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Estado

Data: 27/10/2014

Assunto: Educação

Página: 30

Notícias do Dia

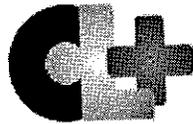
■ Educação

No dia 31 de outubro, às 8h, a Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, em parceria com a Paulus Editora, realizará o Seminário Paulus de Literatura. O evento ocorrerá no hotel Maria do Mar, na Rua João Paulo, 2285, bairro João Paulo. Poderão se inscrever bibliotecários, auxiliares de sala, professores de português e inglês, educação infantil, teatro, artes visuais, e estudantes da área, fazendo parte ou não da rede municipal. Informações pelos telefones: 2106-5920 e 2106-5918.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Correio Lageano	Editoria: Cidades	Data: 27/10/2014
Assunto: Doação		Página: 17



CORREIO LAGEANO

Na Capital, alunos fazem aula e doam mantimentos

Um evento também foi realizado em Florianópolis para reunir materiais e mantimentos para as famílias atingidas pelo granizo em Lages. Foi realizado no sábado o "Aulão Solidário SOS Lages - Enem 2014".

Cerca de três mil alunos se reuniram com os professores no ginásio do Instituto Estadual de Educação (IEE), no Centro da Capital, para as aulas em preparação para o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem).

As aulas foram ministradas das 7 horas às 12 horas, com dicas para todas as disciplinas que integram o Enem. Foram mais de 20 professores envolvidos, além dos voluntários que ajudaram na organização do evento.

A ação teve o apoio do Instituto Estadual de Educação e do Projeto de Educação Comunitária Integrar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 28/10/2014
Assunto: Jovens Embaixadores		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Embaixada dos EUA divulga alunos aprovados no Jovens Embaixadores

*Programa promove intercâmbio para estudantes brasileiros da rede pública.
Eles vão passar três semanas nos Estados Unidos.*

A Embaixada dos Estados Unidos divulgou nesta segunda-feira (27) os nomes dos 50 estudantes da rede pública selecionados para participar do Programa Jovens Embaixadores 2015. Os alunos vão passar três semanas nos Estados Unidos em janeiro de 2015.

O programa é destinado aos estudantes com excelente desempenho escolar, que falam inglês, pertencentes à camada socioeconômica menos favorecida e que têm perfil de liderança. Serviço voluntário também é um dos pré-requisitos para participar.

Os jovens participarão de reuniões com autoridades do governo norte-americano, líderes de ONGs, visitarão escolas e projetos sociais, participarão de atividades de voluntariado e, como representantes da juventude brasileira nos Estados Unidos, farão também apresentações sobre o Brasil, sua cultura e seu povo. No final da viagem, eles apresentarão um plano de ação na área de voluntariado para ser implementado em suas comunidades após o retorno ao Brasil.

A viagem dos jovens embaixadores ocorrerá de 9 a 31 de janeiro de 2015. Eles vão passar por Washington e depois serão divididos em grupos e enviados para diferentes cidades americanas onde ficarão hospedados em casas de famílias.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Coluna pelo Estado	Editoria: Coluna pelo Estado	Data: 28/10/2014
Assunto: Educação Ambiental	Página: Online	

[PeloEstado]

Encontro de Educação Ambiental

O 3º Encontro Catarinense de Educação Ambiental será realizado entre as próximas quarta (29) e sexta-feira (31), no Centro de Eventos de Piratuba, Extremo-Oeste do estado. “É importante apoiar eventos que promovam a discussão prática da educação ambiental, valorizando o trabalho destes profissionais”, afirma a secretária do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), Lucia Dellagnelo. O tema desta edição é “Educação Ambiental: ética, inovações e informações necessárias para os novos tempos”. A palestra inaugural será com a jornalista argentina Lia Diskin, especialista em técnicas de meditação e em filosofia budista na Índia. Diskin foi aluna de Dalai Lama e é membro do Fundo Mundial para a Natureza (*World Wildlife Fund*). O encontro abordará questões relacionadas à ética e à inovação, além de eixos do *Programa Estadual de Educação Ambiental (ProEEA/SC)*. Serão realizadas diversas oficinas sobre proteção de nascentes, energias alternativas, reciclagem, compostagem, entre outros. Haverá apresentação, ainda de 76 trabalhos selecionados pela Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (Ciea/SC), responsável pelo evento. “A troca de experiências entre os educadores é muito importante, para que atuem como multiplicadores da consciência ambiental, visando o desenvolvimento sustentável”, reforça a secretária.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 28/10/2014
Assunto: Políticas públicas		Página: Online



AS TAREFAS DO NOVO MANDATO

Principais políticas públicas voltadas à qualidade de vida da população impõem desafios ao governo que começa em 2015. Segundo mandato de Dilma terá de tirar do papel o Plano Nacional de Educação

Fonte: Correio Braziliense (DF)

A presidente Dilma Rousseff (PT), reeleita ontem para comandar o país nos próximos quatro anos, encontrará sobre sua mesa uma árdua lista de tarefas. Entre os seus principais desafios, terá de reduzir as elevadas taxas de homicídios e de crimes sexuais, aumentar o controle das doenças infecciosas e degenerativas, estabelecer prioridades e diretrizes mais claras para a política externa e, ainda, implementar e fazer funcionar o Plano Nacional de Educação (PNE).

Mais do que atacar cada área isoladamente, a chefe de Estado precisará reunificar as políticas públicas de forma a fazer com que segurança, saúde e Educação proporcionem qualidade de vida ao cidadão. "Saúde está ligada à qualidade de vida, que está interligada às políticas de Educação, lazer, cultura e saneamento básico", explicou Ana Maria Costa, presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) e Professora da Escola Superior de Ciências da Saúde do Distrito Federal (ESCS).

Apesar das conquistas alcançadas desde a Constituição de 1988, o Brasil ainda enfrenta um cenário conturbado com altos índices de criminalidade, sensação geral de insegurança, carência de infraestrutura nos serviços de saúde, ações de política internacional travadas e ainda tropeços na Educação, como mostrou o Ideb, principal indicador da qualidade do Ensino básico. Os dados oficiais mostram que o Brasil estagnou em patamar baixo e não atingiu a meta fixada pelo governo. Para traçar um retrato do que o novo presidente vai encarar, o Correio ouviu especialistas das respectivas áreas.

A saúde é considerada uma das tarefas mais desafiadoras. "Ela vai encontrar uma população envelhecendo rapidamente, doenças decorrentes da violência urbana, como acidentes de motos especialmente de jovens, e as persistentes doenças infecciosas e crônicas degenerativas. Para que a saúde deixe de ser o principal problema, seria preciso reconhecer esses problemas", disse Lígia Bahia, Professora da Universidade



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ela analisou o programa de governo dos candidatos e lamentou que eles “não falam sobre o problema e não partem para a solução”.

Os especialistas reconhecem que sanar as deficiências da saúde requer alto investimento. “Em relação ao ano 2000, duplicamos os recursos investidos: de R\$ 53 bilhões para R\$ 106 bilhões”, ilustrou. Apesar da melhora, o número ainda está aquém do ideal, de R\$ 200 bilhões. Para a Professora de medicina Ana Maria Costa, da ESCS, precisam ser consideradas a lei de responsabilidade fiscal, que impede a contratação de profissionais quando atingido o teto de gastos, e a manutenção de médicos estrangeiros. “A população que nunca teve assistência não vai querer ficar sem, e o país não vai formar 11 mil médicos nos próximos anos”, sublinhou.

Evasão Escolar

Na Educação, a principal cobrança é tirar o PNE do papel. “O plano foi um trunfo para o país, amplamente negociado, mas é preciso implementá-lo”, observou Ocimar Alavarse, Professor da Universidade de São Paulo (USP). “A implementação ainda deveria ser acompanhada de articulação política. Poderia haver assessoria técnica aos municípios para ajudar a implementar o PNE”, acrescentou.

A coordenadora-geral do Todos Pela Educação, Alejandra Velasco, compartilha da opinião de que é preciso buscar mais recursos para cumprir o compromisso, além de se atentar à capacitação de Professores e à transição de Alunos das classes iniciais para os Ensinos médio e fundamental. Essas medidas, segundo especialistas, ajudariam a reduzir a evasão Escolar.

Em relação à política externa, o Professor Alcides Costa, da Universidade de Brasília (UnB), defende a volta do dinamismo. “Houve paralisia da política externa”, resumiu. “O ambiente internacional ao qual nos movemos é bastante diferente, menos favorável. Os temas que estão no topo da agenda são questões que o Brasil não está engajado”, considerou.

Segurança

Para José Luiz Ratton, pesquisador e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Criminalidade da Universidade Federal de Pernambuco

(UFPE), a presidente terá de batalhar na integração dos poderes e da sociedade civil, começando com um Plano Nacional de Redução de Homicídios. “Os crimes contra a vida devem ser prioridade clara e é fundamental que o governo assuma a coordenação dessa tarefa”, explicou o Professor. Ele também defende a implantação na coordenação de uma política nacional de segurança pública.

“Desde a redemocratização, sucessivos governos têm se esquivado da construção e da condução de uma estratégia nacional de segurança pública que integre as administrações federal, estaduais e municipais, definindo atribuições, metas de redução da violência”, acrescentou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Para melhorar a segurança, Dilma ainda terá de se atentar aos problemas do sistema carcerário. “O Judiciário não consegue dar conta da quantidade de vagas”, pontuou Renato Sérgio de Lima, vice-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Professor e pesquisador da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP). “A presidente é a única que consegue mobilizar o Congresso em torno de um projeto. É importante fazer com que a União revolucione a gestão”, analisou.

>>AGENDA NOVA

Temas que serão cobrados desde já do próximo governo

Segurança pública

- » Reduzir as elevadas taxas anuais de homicídios (61 mil) e de crimes sexuais (50 mil)
- » Conter os crescentes índices de roubos e de assassinatos de policiais
- » Melhorar o sistema carcerário, atualmente saturado em 200 mil vagas
- » Implantar políticas nacionais de segurança pública
- » Criar um plano nacional de combate a homicídios, que envolva vários órgãos e a sociedade civil

Saúde

- » Compreender o fator envelhecimento da população, em velocidade acelerada
- » Reduzir o número de mortes violentas, como acidente de moto e homicídios
- » Aumentar o controle de doenças infecciosas, como hepatite, e de doenças crônicas degenerativas
- » Ampliar investimentos no setor e flexibilizar a lei de responsabilidade fiscal na contratação de pessoal
- » Melhorar e reforçar a formação de médicos e incentivar profissionais a trabalharem em áreas longínquas
- » Analisar a possível ampliação dos 11 mil profissionais do Mais Médicos
- » Atuar preventivamente em favor da saúde, com foco na qualidade de vida da população

Educação

- » Implementar o Plano Nacional de Educação (PNE) e fazê-lo funcionar plenamente
- » Definir e alocar recursos para cumprir o PNE
- » Atentar para a transição de Alunos dos anos iniciais para os Ensinos médio e fundamental
- » Investir na capacitação de profissionais e oferecer carreira mais atraente aos Professores
- » Reformular o Ensino médio

Relações internacionais



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

- » Estabelecer prioridades e diretrizes, com linhas de ação mais claras para as políticas externas
- » Ter ações e tomar iniciativas orientadas pelos objetivos de políticas externas



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 28/10/2014
Assunto: Pnad		Página: Online



OPINIÃO: O CORTE NA OFERTA DE VAGAS NA ESCOLA

"Pnad mostrou que cerca de 80% das crianças de 4 e 5 anos estão na Escola", afirma Luis Claudio Megiorin

Fonte: Correio Braziliense (DF)

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, mostrou que cerca de 80% das crianças de 4 e 5 anos estão na Escola. Entretanto, só não atingimos 100% de matrícula em virtude de contingenciamento de vagas pela incapacidade dos governos federal, estaduais e do DF de ampliarem a oferta desde 2010. Deve-se levar em conta que nesses dados estão incluídos os Alunos das Escolas privadas, o que ajuda a elevar o índice.

A verdade é que o governo federal, em vez de aumentar o acesso à Educação, contingenciou as matrículas na Educação infantil, na Pré-Escola e no Ensino fundamental 1. Desde 2010, os estados, os municípios e o DF somente atendem a 25% da demanda anual, ou seja, a 1/4 dos Alunos nas redes públicas e privadas de Ensino.

A Resolução nº 6/2010, editada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão consultivo/normativo do Ministério da Educação (MEC), impede que crianças entre 2 e 6 anos que aniversariam após 31 de março ingressem na Educação infantil, na Pré-Escola e no 1º ano do Ensino fundamental 1. A norma afeta ainda mais as crianças que estão na idade de serem alfabetizadas, que somente serão matriculadas aos 7 anos.

Em consequência da data de corte, milhões de crianças são impedidas de ingressar na Escola, criando uma desigualdade entre aquelas que aniversariam no 1º trimestre e as que não "tiveram a sorte" de nascer até 31 de março. Essas crianças não são acolhidas nas Escolas públicas, dando um alívio na demanda por novas vagas para o governo. Já nas Escolas privadas, o jeito encontrado para contornar o problema é, no mínimo, uma afronta ao direito do consumidor, pois criaram uma fase intermediária desde a Educação infantil para reter, por um ano, as crianças, até que satisfaçam a exigência da norma. Isso, obviamente, gera um custo a mais para os pais e maior lucratividade para as Escolas.

Sorte igual não contempla os Alunos pobres, pois, para esses, o governo não previu fase intermediária para mantê-los na Escola até que completem a "idade certa". Assim,



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

essas crianças ficam desamparadas, aguardando a matrícula por mais um ano, em uma fase crucial para que recebam os primeiros estímulos, o que aumentaria, em muito, as chances de sucesso do investimento feito na Educação.

Muito embora o governo federal tenha lançado em 2013 o Pacto para a Alfabetização na Idade Certa, a questão está longe de ser resolvida. Isso porque essa é uma meta nada ambiciosa, criticada por especialistas e cientistas brasileiros. Um flagrante contraste com a Alfabetização bem-sucedida nas Escolas privadas em que, em geral, as crianças eram alfabetizadas aos 6 anos.

Como vemos, o pacto não tem respaldo científico, mas é, tão somente, meta para tentar forçar as Escolas públicas a alfabetizarem seus Alunos dentro de um tempo razoável, pois, segundo dados do próprio governo e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), boa parte das crianças não conseguem ler e escrever até os 10 de idade, com péssimos reflexos até os 15 anos.

Mas nada como a pressão internacional para ajudar a nossa trôpega Educação brasileira. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), vem testando nossos estudantes e afirma que 49,2% dos Alunos com 15 anos mal entendem o que leem.

Por seu lado, a ciência pôs luz onde reina a ignorância. Em 2011, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) divulgou pesquisa inédita sobre o tema, chamada Aprendizado Infantil, realizada ao longo de cinco anos por renomados cientistas, pesquisadores de diversas áreas, tais como: Educação, psicologia, neurociência, matemática e estatística.

A pesquisa foi baseada em parâmetros internacionais, e os cientistas chegaram à conclusão de que a criança deve ser alfabetizada até 6 anos de idade, salientando que a ênfase no investimento nos primeiros anos de vida é essencial para um aprendizado eficaz.

Assim, a renomada pesquisa confronta a opção política de contingenciamento de vagas feita pelo governo federal a fim de aliviar-se da pressão sobre para o acesso à Educação. Antes da resolução, imperava o bom senso. Em geral, as Escolas matriculavam os Alunos que aniversariavam até, ao menos, 30 de junho.

Diante desse impasse, em 11 estados a Justiça suspendeu os efeitos da norma. Em Minas Gerais, a data-limite voltou a ser 30 junho. São Paulo não obedeceu a norma. A questão acabou vindo para o STF, por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 292, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República. O ministro relator é Luiz Fux, que, quando ainda estava no Superior Tribunal de Justiça, julgou processo quanto à questão, dando ganho de causa aos pais. A esperança dos pais de Alunos repousa, portanto, no embasamento científico que, certamente, o Supremo Tribunal Federal há de levar em conta, a fim de garantir o amplo acesso à Educação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 28/10/2014
Assunto: Escolaridade		Página: Online



AUMENTO DA ESCOLARIDADE PUXA ALTA DA RENDA

Trabalhador com Ensino Médio recebia, no ano passado, um salário 38% maior que aquele recebido pelos profissionais com até 10 anos de estudo

Fonte: Valor Econômico (SP)

O aumento da Escolaridade dos trabalhadores brasileiros tem sido uma das principais razões para o aumento real de renda da população. O trabalhador com Ensino médio recebia, no ano passado, um salário 38% maior que aquele recebido pelos trabalhadores com até 10 anos de estudo, enquanto a remuneração do profissional com curso superior ficava 142% acima daquela recebida pelo trabalhador com até 14 anos de estudo.

Influenciada pela política de correção do salário mínimo, a remuneração média do grupo menos Escolarizado tem subido mais. Mas a composição dos ocupados no mercado de trabalho mudou muito nos últimos 10 anos e esse movimento elevou a renda média. Entre 2003 e 2013, a parcela dos trabalhadores com Ensino médio passou de 25% para 36% dos ocupados no país, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad). Na mesma comparação, a participação dos profissionais com Ensino superior quase dobrou, indo de 7,7% para 13%. Como a Escolaridade tem crescido bastante e trabalhadores com mais anos de estudo ganham sempre mais do que os que estudaram menos, esse movimento tem contribuído tanto para a redução da desigualdade como para o aumento real da renda média da população trabalhadora, observa o Professor Naércio Aquino Menezes Filho, coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper.

De acordo com cálculos do Professor e pesquisador Fernando de Holanda Barbosa Filho, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV), 47% do aumento da renda real de 3,9% no ano passado decorreu do aumento de Escolaridade. Entre 2012 e 2013, o número de ocupados aumentou em 559 mil pessoas, segundo a Pnad. Na composição desse resultado, os dados indicam que diminuiu em 1,4 milhão o total de trabalhadores com até sete anos de estudo (ou as vagas para essa baixa qualificação foram cortadas ou os trabalhadores que estavam nesse grupo aumentaram sua Escolaridade e passaram para o grupo seguinte), enquanto aumentaram em 638 mil as vagas ocupadas por trabalhadores com Ensino médio e em mais 833 mil as vagas para aqueles com curso superior. Em apenas um



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ano, a participação dos profissionais com curso superior aumentou em quase 1 ponto percentual, passando de 12,2% para 13% do total.

"Grande parte do aumento salarial que temos visto decorre da maior Escolarização da população", diz Barbosa Filho. Olhando para 2012 e 2013, isso significa, diz o pesquisador do Ibge, que quase 2% do aumento salarial de 3,9% reflete o aumento médio da Escolaridade. Como cresceu a presença dos profissionais com Ensino médio e graduação no total de ocupados, e esses salários são maiores, a média foi elevada. Barbosa Filho também pesquisou, nos dados da Pnad, o efeito da idade (saída dos jovens, que ganham menos, do mercado de trabalho), mas o impacto foi menor que o da Escolaridade. Essa mudança explica 15% do aumento real da renda no ano passado.

Nos últimos dez anos, a diferença entre o salário recebido pelos profissionais com Ensino médio e aqueles com Ensino superior caiu. Ela era de 163% em 2003 e passou para 142% em 2013, segundo dados da Pnad organizados por Menezes Filho. Quando o profissional possui pós-graduação, a figura muda, pois o salário desse grupo mais qualificado subiu mais e, na média, passou a ser 63% maior do que o das pessoas só graduadas.

A diferença entre os grupos tem caído porque o salário dos menos Escolarizados têm subido mais. Nos últimos dez anos, o rendimento médio daqueles com zero a três anos de estudo subiu 61% acima da inflação, enquanto a renda dos com Ensino médio cresceu 15,4% e aqueles com 15 a 16 anos de estudo viram o salário subir 4,4% e os pós-graduados, 16,6%.

Menezes Filho explica que o mercado de trabalho também reage pela lei da oferta e da demanda. Como há mais pessoas com Ensino médio, os salários desse grupo crescem menos do que no grupo dos menos Escolarizados, onde a oferta já diminuiu. Mas quem completa o Ensino médio é recompensado e ganha um salário maior. Da mesma forma, como aumentou a oferta de pessoas com graduação - e ela cresceu mais, especialmente em cursos como administração e direito -, os salários subiram proporcionalmente menos, mas, de novo, há um prêmio extra para esse profissional. "Se separarmos os graduados de cursos como medicina e engenharia vamos ver os salários crescendo mais. O retorno salarial também depende do curso superior feito", pondera o Professor do Insper.

Para Naercio, os dados mostram que à medida que as pessoas avançam na Escolaridade, ficam mais qualificadas, elas ganham mais. E como o diferencial entre os grupos está caindo, é essa redução que traz o ganho da queda da desigualdade. "O país está democratizando o acesso ao Ensino superior, já há mais Alunos no Ensino médio, e isso se reflete em queda da desigualdades", diz Menezes Filho. Ele chama atenção, contudo, para o aumento do diferencial dos profissionais com pós-graduação, o que reflete a procura por profissionais qualificados crescendo acima da oferta. Se essa diferença continuar aumentando (ela era de 46% em 2003 e passou para 63% no ano passado), pode se traduzir em aumento da desigualdade, como acontece nos Estados Unidos. A solução, diz, está no aumento da qualificação, no aumento das pessoas com pós-graduação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 28/10/2014
Assunto: Educação Digital		Página: Online



PROFESSORES SE PREPARAM PARA A EDUCAÇÃO NA ERA DIGITAL

Professor foi o profissional mais impactado com a inserção da tecnologia digital no sistema de ensino escolar

Fonte: O Globo (RJ)

O Professor foi o profissional mais impactado com a inserção da tecnologia digital no sistema de Ensino Escolar. Muitos mestres lecionam há mais de 20 anos, quando a existência de um celular com tela Touchscreen E acesso à internet ainda era um grande sonho. A Professora Djnane Costa, que dá aula para o 2º ano do Ensino fundamental do Colégio Hélio Alonso, é exemplo.

- Essas novidades são um grande um desafio para nós. Não podemos ficar parados. O mundo mudou, as pessoas mudaram e a vida Escolar também está mudando. Então temos que nos atualizar, como aconteceu ao longo dos tempos. Mas ainda estamos aprendendo muito, principalmente com as crianças - afirma a Educadora.

Já Denise Fernandes, Professora da unidade Cachambi do MV1, ressalta que é importante buscar o equilíbrio e não centralizar o Ensino somente nas novas tecnologias.

- A mudança foi positiva porque os Alunos ficam muito envolvidos com os exercícios. O interesse por parte deles é maior, e a atenção não se perde com facilidade. Mas procuro dosar o tempo de uso dos tablets. Não é todo dia que usamos o equipamento. Precisamos trabalhar com os nossos outros recursos também - comenta Denise.

Para a Nazi Angela, também Professora do MV1, tablets e outras ferramentas tecnológicas vão complementar, mas não substituir o material tradicional.

- Não acredito que a lousa vá desaparecer das salas. E nem quero isso. Acho que os tablets servem mesmo como material de apoio. Além do mais, continuamos com o livro de papel - pontua a Professora.

De acordo com Lúcia Assis, os pais dos Alunos do Hélio Alonso aprovam o uso de equipamentos digitais na aplicação dos conteúdos do colégio. Maurício Monteiro, pai



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

de Bruno, Aluno do 2º ano do Ensino fundamental, gosta de ver essas mudanças acontecendo.

- Meu filho sabe usar a tecnologia bem melhor que eu. E na idade dele eu ainda nem sonhava que isso poderia acontecer. O Bruno fica muito animado quando usa um tablet na Escola, ele sempre comenta em casa - diz Maurício.

No CEL, 90% dos livros didáticos adotados pela Escola estão digitalizados. Na compra do material impresso, os Alunos recebem uma chave de acesso, e podem estudar diretamente em tablets e telefones celular.

- O conteúdo é o mesmo, mas com a opção de filmes, vídeos e gráficos - conta Maurício Novaes, coordenador do Ensino médio.